

***Aprova a Política de Qualidade dos
Cursos de Graduação da
Universidade Federal do Maranhão.***

O Reitor da Universidade Federal do Maranhão, na qualidade de **PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando o papel estratégico da educação pública de qualidade para o desenvolvimento econômico e social e para a construção de uma sociedade mais democrática e mais igualitária no Brasil;

Considerando a importância da avaliação dos cursos e das instituições para o fortalecimento da educação superior do país;

Considerando a importância da melhoria constante dos indicadores de qualidade das instituições de educação superior do país;

Considerando a Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

Considerando a Portaria Normativa MEC n° 4, de 5 de agosto de 2008, que regulamenta a aplicação do Conceito Preliminar de Cursos (CPC), e a Portaria Normativa MEC n° 12/2008, que cria o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) como indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas Instituições de Educação Superior (IES);

Considerando a Portaria Normativa do MEC n° 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância;

Considerando a Portaria MEC n° 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);

Considerando o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;

Considerando a Portaria Normativa MEC n° 22, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino;

Considerando a Resolução vigente que regulamenta os Estágios dos Cursos de Graduação da UFMA;

Considerando a Resolução n° 1.892-CONSEPE, de 28 de junho de 2019, que aprova as Normas Regulamentadoras dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão;

Considerando a Resolução n° 2.646-CONSEPE de 17 de outubro de 2022, que estabelece a política de acompanhamento dos egressos nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal do Maranhão;

Considerando a Resolução n° 3.382-CONSEPE de 09 de abril de 2024, que atualiza as Normas Regulamentadoras do Programa de Monitoria da Universidade Federal do Maranhão;

Considerando a Resolução Conjunta n° 01-CONSAD-CONSEPE, de 14 de fevereiro de 2025, que aprova o Programa de Modernização da Estrutura Acadêmica e Administrativa da UFMA;

Considerando finalmente, o constante dos autos do Processo SEI n° 015605/2025-70 e o que decidiu referido Conselho em sessão desta data;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Qualidade dos Cursos de Graduação regulares, presenciais e de Educação a Distância (EAD), oferecidos pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Parágrafo Único. O público desta política inclui docentes, discentes, técnicos de cursos de graduação, presenciais regulares e EAD, da UFMA.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Política instituída por esta Resolução é um instrumento de garantia de educação de qualidade que fortalece a missão institucional, focando na melhoria contínua do ensino de graduação, garantindo a formação cidadã, o reconhecimento social e a inserção qualificada dos estudantes no mercado de trabalho.

Art. 3º A materialização da Política será realizada com a implementação do Programa de Qualidade dos Cursos de Graduação (QUALIGRAD).

§ 1º A coordenação da política e a implantação do Programa QUALIGRAD será realizada por diretoria específica ligada à Reitoria, Diretoria de Qualidade dos Cursos de Graduação (DQGRAD).

§ 2º O desenvolvimento do Programa QUALIGRAD será realizado por meio de Planos de Qualidade dos Cursos de Graduação (PQC) e Programas de Qualidade Institucional (PQI).

§ 3º Os PQC e PQI seguirão uma metodologia cíclica e periódica composta por três etapas: diagnóstico, elaboração do plano e implementação.

§ 4º Os PQC e PQI deverão seguir o calendário de aprovação, implementação, entrega de resultados parciais e finais e autoavaliação.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos do Programa QUALIGRAD:

- I. Desenvolvimento e Implementação de Sistema de Avaliação: Criar e aplicar um sistema de avaliação contínua dos cursos de graduação da UFMA. O sistema deve basear-se nos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e em outros pertinentes à realidade institucional, permitindo uma análise abrangente e precisa;
- II. Diagnósticos Periódicos e Abrangentes: Realizar diagnósticos regulares dos cursos de graduação, abordando aspectos pedagógicos, administrativos, de formação continuada e de infraestrutura, a fim de identificar pontos fortes e áreas de melhorias;
- III. Planejamento e Proposição de Metas: Desenvolver Planos de Qualidade dos Cursos (PQC) e Programas de Qualidade Institucional (PQI) específicos, com a definição de metas claras e ações estratégicas focadas no aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, alinhando os objetivos dos cursos às demandas institucionais e do mercado;
- IV. Implementação de Ações Estratégicas: Executar as ações propostas nos PQC e PQI, assegurando o acompanhamento contínuo dessas ações e a implementação de medidas preventivas e corretivas necessárias; garantindo a promoção de uma educação de excelência, baseada em critérios de qualidade estabelecidos;
- V. Monitoramento e Avaliação de Resultados: Monitorar os resultados das ações implementadas por meio de indicadores de desempenho específicos e avaliações regulares. Utilizar esses dados para medir o progresso do programa, realizar ajustes e melhorias contínuas, assegurando que os objetivos sejam alcançados de forma eficaz;
- VI. Diagnósticos Pós-Implementação: Conduzir diagnósticos detalhados dos cursos e da instituição após a conclusão de cada ciclo do Programa QUALIGRAD, permitindo uma análise reflexiva sobre os impactos das ações implementadas, consolidando práticas bem-sucedidas e identificando novas áreas de melhoria para os ciclos subsequentes; e
- VII. Ciclo Contínuo de Melhoria dos Cursos de Graduação: Garantir a observância permanente, local e institucional, visando a excelência educacional e o alinhamento com as demandas e expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (CQI)

Art. 5º Fica criada a Comissão de Qualidade Institucional (CQI) com a seguinte composição:

- I. Reitor(a) da Universidade, seu presidente;
- II. Pró-Reitor(a) de Ensino;
- III. Pró-Reitor(a) de Assistência Estudantil;
- IV. Superintendente de Tecnologias na Educação;
- V. Superintendente de Infraestrutura;
- VI. Dois(duas) representantes escolhidos(as) entre os(as) Diretores(as) das Unidades Acadêmicas;
- VII. Diretor(a) de Qualidade dos Cursos de Graduação (DQGRAD);
- VIII. Diretor(a) de Avaliação e Regulação Institucional (DARI);
- IX. Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- X. Dois(duas) representantes escolhidos(as) entre os(as) coordenadores(as) de cursos de graduação;
- XI. Um(a) representante do corpo técnico administrativo; e
- XII. Dois(duas) representantes discentes dos cursos de graduação.

Art. 6º Compete à CQI:

- I. Definir as metas institucionais bienais, contemplando os indicadores de qualidade definidos pela DQGRAD, que servirão como orientadoras na elaboração dos Planos de Qualidade dos Cursos de Graduação;
- II. Homologar e acompanhar o desenvolvimento dos Planos de Qualidade dos Cursos de Graduação (PQC), emitindo pareceres, solicitando alterações e oferecendo suporte à DQGRAD durante o processo;
- III. Elaborar e emitir parecer sobre os resultados obtidos a partir dos Relatórios de implementação dos PQC encaminhados pelas subunidades acadêmicas à DQGRAD;
- IV. Propor, implementar, acompanhar e avaliar os Programas de Qualidade Institucional (PQI);
- V. Elaborar e emitir parecer sobre os resultados obtidos a partir dos Relatórios de implementação dos PQI encaminhados pela DQGRAD;
- VI. Atuar como órgão deliberativo e de apoio ao Programa QUALIGRAD, com competências de monitoramento e avaliação periódica, emitindo recomendações e pareceres técnicos para ajustes e melhorias;
- VII. Propor os mecanismos de acompanhamento e monitoramento dos PQC e PQI, além de oferecer o suporte e as orientações necessárias para os colegiados dos cursos alcançarem os objetivos propostos;

- VIII. Homologar o cronograma de implementação, elaboração e acompanhamento dos PQC e PQI, proposto pela DQGRAD; e
- IX. Indicar o representante para cada uma das Comissões de Qualidade Setorial (CQS).

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES DE QUALIDADE SETORIAL (CQS)

Art. 7º As comissões de Qualidade Setoriais (CQS) serão criadas em cada Centro Acadêmico da Universidade e terão a seguinte composição:

- I. Diretor(a) de Centro, seu presidente;
- II. Um(a) representante da CQI;
- III. Dois(duas) docentes membros do respectivo Conselho do Centro Acadêmico, indicados(as) pelo próprio Conselho;
- IV. Um(a) representante do corpo técnico administrativo, indicado(a) pelo Conselho do Centro Acadêmico; e
- V. Um(a) representante do corpo discente escolhido(a) entre os presidentes dos órgãos de representação estudantil dos cursos e indicado(a) pelo Conselho do Centro Acadêmico.

Art. 8º Compete à CQS:

- I. Receber e analisar os PQC dos respectivos colegiados, solicitando alterações quando necessário;
- II. Caso o PQC precise de alterações, sinalizar e devolver ao colegiado para providências, assim como definir uma data para novo envio a fim de manter o cumprimento do calendário;
- III. Emitir parecer final sobre os PQC's e encaminhar ao Conselho do Centro Acadêmico para subsidiar a deliberação e homologação; e
- IV. Ser um órgão consultivo do Conselho do Centro Acadêmico.

Art. 9º A Superintendência de Tecnologias na Educação (STED), no caso dos cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EAD) e para os efeitos da regulamentação do Programa QUALIGRAD, assumirá de forma análoga as funções aqui definidas, nos cursos presenciais, pelas Diretorias de Centros Acadêmicos.

Parágrafo Único.

- A CQS para os cursos de graduação EAD terá a seguinte composição:
- I. Superintendente de Tecnologias na Educação, seu presidente;
 - II. Um(a) representante da CQI;
 - III. Dois(duas) coordenadores(as) de cursos de graduação EAD, indicados(as) pela STED;
 - IV. Um(a) representante do corpo técnico administrativo, indicado(a) pela STED; e
 - V. Um(a) representante do corpo discente dos cursos de graduação EAD, indicado(a) pela STED.

CAPÍTULO V DO DIAGNÓSTICO

Art. 10 Cabe à DQGRAD realizar o diagnóstico de cada curso de graduação no início do Programa QUALIGRAD e ao final de cada ciclo de implementação do PQC.

§ 1º O diagnóstico utilizará uma cesta de indicadores aplicados a cada curso, indicando a fonte dos dados, metodologia utilizada para cálculo e período analisado e, quando for o caso, deverá conter a série histórica da cesta de indicadores de ciclos anteriores.

§ 2º No diagnóstico deverão constar as metas institucionais orientadoras para cada indicador/dimensão.

§ 3º Após a divulgação dos diagnósticos de cada curso, deverá ser definido e apresentado à comunidade acadêmica o documento guia para elaboração dos Planos de Qualidade dos Cursos.

CAPÍTULO VI DOS PLANOS DE QUALIDADE DOS CURSOS

Art. 11 O Plano de Qualidade de Curso (PQC) será um documento de planejamento estratégico para cada curso, contendo objetivos, indicador e ações para monitoramento e melhoria contínua da qualidade dos cursos.

Parágrafo Único. Todos os cursos de graduação da UFMA terão um PQC com tempo de execução de 2 (dois) anos e deverá:

- I. Conter os objetivos com seus respectivos indicadores de acompanhamento; meta; plano de ação a ser implementado e período de execução, elaborado com base no modelo proposto pela CQI;
- II. Definir em cada um dos objetivos, no mínimo, um indicador-chave de desempenho que represente de modo conciso o alcance de resultados;
- III. Conter a gestão de riscos, a qual deverá ser revisada anualmente e atualizada quando necessário;
- IV. Ser encaminhado à Comissão de Qualidade Setorial (CQS) para análise e elaboração de parecer, e, posteriormente, ser encaminhado ao Conselho do Centro Acadêmico para deliberação e homologação;
- V. Após homologação pelo Conselho do Centro Acadêmico, deverá ser encaminhado à DQGRAD para compilação e registro;
- VI. Ser encaminhado, pela DQGRAD, à Comissão de Qualidade Institucional (CQI) para deliberação e aprovação;
- VII. Apresentar um plano de ação para a implementação das estratégias de integração entre o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão, incluindo cronograma, responsáveis e indicadores de acompanhamento; e

VIII. Demonstrar alinhamento com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMA referentes à integração entre ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

Art. 12

Cabe ao Colegiado de Curso, a respeito do PQC:

- I. Elaborar e aprovar o Plano de Qualidade de Curso (PQC) com base no diagnóstico e orientações recebidas da DQGRAD;
- II. Fomentar, respaldar, articular e promover a reflexão e discussão, entre a comunidade do curso, sobre os objetivos que compõem o PQC;
- III. Implementar e monitorar o PQC, após homologação pela diretoria da unidade acadêmica e Comissão de Qualidade Institucional (CQI), registrando e divulgando todas as ações desenvolvidas;
- IV. Atualizar os indicadores do PQC na Plataforma de Gestão de Projetos Online ao término de cada semestre;
- V. Elaborar e aprovar relatório parcial, de acordo com o calendário estabelecido, após 01 (um) ano de implementação do PQC, seguindo os procedimentos e prazos estabelecidos; e
- VI. Elaborar e aprovar relatório final e autoavaliação, após a implementação do PQC, seguindo os procedimentos e prazos estabelecidos.

Art. 13

Os relatórios, parcial e final de implementação deverão seguir o mesmo fluxo de análise, deliberação, homologação e aprovação descrito para os PQC's, além de serem elaborados seguindo a formatação que será proposta pela DQGRAD.

Parágrafo Único.

O relatório final deverá conter os resultados do processo de autoavaliação aplicado a cada segmento do curso: alunos; docentes e técnicos.

CAPÍTULO VII DOS PROGRAMAS DE QUALIDADE INSTITUCIONAL (PQI)

Art. 14

Define-se como Programa de Qualidade Institucional (PQI) o conjunto de ações que organiza, altera e inova as metodologias implementadas pelos gestores, buscando a melhoria das atividades acadêmico-administrativas e que têm impacto sobre toda a comunidade desta universidade.

§ 1º

O impacto da implementação dos PQI será monitorado através de indicadores de desempenho específicos definidos pelo Programa QUALIGRAD, com relatórios bianuais de progresso apresentados à comunidade acadêmica e ao Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação/CONSEPE.

§ 2º

Os procedimentos de implementação das ações que compõem os PQI serão regulamentados posteriormente, a partir de documentos específicos elaborados pela Comissão de Qualidade Institucional (CQI).

Art. 15

Os PQIs que conformam esta Política de Qualidade dos Cursos de Graduação são:

- I. Programa de Melhoria do Desempenho Acadêmico, Permanência e Combate à Evasão e Retenção tem como objetivo implementar ações para identificar e corrigir distorções no processo de ensino-aprendizagem, promover atividades de pesquisa e extensão, diagnosticar fatores que contribuem para a evasão e retenção, e desenvolver estratégias de permanência estudantil, em colaboração com as Pró-Reitorias de Ensino, Assistência Estudantil, de Extensão e Cultura e a AGEUFMA, com as seguintes ações:
 - a) realização de diagnóstico dos estudantes evadidos, ao final de cada semestre letivo, identificando as causas da evasão;
 - b) implantação de base de dados com informações sobre o perfil dos estudantes ingressantes, retidos, trancados e evadidos, por curso e por Unidade Acadêmica;
 - c) definição de metodologia para cálculo e acompanhamento dos índices de evasão, retenção e permanência nos cursos de graduação;
 - d) produção de relatórios voltados à análise e enfrentamento da evasão e retenção;
 - e) avaliação do impacto dos programas de bolsas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) no enfrentamento da evasão e promoção da permanência; e
 - f) identificação do perfil dos estudantes ingressantes, evadidos e retidos na UFMA.
- II. Programa de Valorização e Formação Continuada dos Servidores tem como objetivo fomentar o desenvolvimento profissional de docentes e técnicos administrativos, por meio de ações de capacitação, inovação e reconhecimento de boas práticas, visando à melhoria do ensino, ao fortalecimento da gestão dos cursos de graduação e ao aperfeiçoamento contínuo das atividades institucionais com as seguintes ações:
 - a) oferta de cursos compulsórios voltados à capacitação de docentes e técnicos administrativos, com ênfase no uso dos sistemas institucionais e metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem;
 - b) seguimento de avaliações, de desempenho para o corpo técnico e didático-pedagógica para o corpo docente, identificado necessidades de capacitação e/ou treinamento direcionados para grupos de servidores;
 - c) elaboração do plano de afastamento de servidores dos diversos setores acadêmicos e administrativos; e
 - d) incentivo à implementação de metodologias de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de ensino-aprendizagem.
- III. Programa de Revitalização e Ampliação de Espaços Pedagógicos e de Convivência tem por finalidade criar, manter e aprimorar os ambientes educacionais e de socialização, promovendo a integração entre teoria e prática, a melhoria da qualidade do ensino e a redução dos índices de evasão e retenção, por meio da manutenção, expansão e modernização dos espaços físicos institucionais com as ações a seguir:

- a) implementação de medidas que assegurem a qualidade da infraestrutura física e tecnológica dos cursos de graduação;
- b) atualização permanente do acervo bibliográfico dos cursos;
- c) revitalização e modernização de laboratórios de ensino; e
- d) criação e manutenção de espaços destinados à realização de atividades artísticas, culturais e esportivas.

IV. Programa de Acompanhamento de Egressos tem como objetivo monitorar e analisar a trajetória profissional dos ex-alunos da UFMA, subsidiando a avaliação e atualização contínua dos currículos, com vistas à adequação dos cursos às demandas sociais e ao fortalecimento da inserção dos egressos no mundo do trabalho com as ações:

- a) fortalecimento do vínculo institucional com os egressos, por meio de plataforma específica de interação, Portal de Egressos;
- b) organização de eventos voltados à reintegração dos egressos à comunidade universitária; e
- c) manutenção de banco de dados atualizado dos egressos, facilitando a articulação com organizações e o estabelecimento de parcerias estratégicas.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO E DIVULGAÇÃO DE PQC E PQI

Art. 16 O monitoramento dos PQC e PQI serão conduzidos por meio dos relatórios parciais e finais e da Plataforma de Gestão de Projetos Online.

Parágrafo Único. A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) é a responsável pelo desenvolvimento e suporte técnico da Plataforma de Gestão de Projetos Online.

Art. 17 O cadastro, monitoramento, prazos e atualizações sobre o cumprimento das metas e indicadores e finalização das ações propostas na Plataforma de Gestão de Projetos Online serão de responsabilidade:

- I. Do colegiado de curso para os PQC; e
- II. Da DQGRAD e Pró-Reitoria de Ensino para os PQI.

Art. 18 Os resultados dos PQC e PQI serão divulgados periodicamente em portal público para acompanhamento da comunidade acadêmica e sociedade civil.

Parágrafo Único. A DQGRAD deverá realizar a divulgação dos resultados extraídos da Plataforma de Gestão de Projetos Online e relatórios parciais e finais.

Art. 19 A revisão dos Programas de Qualidade dos Cursos (PQC) e dos Programas de Qualidade Institucional (PQI) será realizada a cada dois anos, cabendo à Comissão de Qualidade Institucional (CQI) avaliar a eficácia dos programas e propor ajustes conforme necessário.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Qualidade Institucional (CQI), no âmbito de sua competência, ouvindo a DQGRAD e Pró-Reitoria de Ensino.

Art. 21 A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.
São Luís, 05 de junho de 2025.

Prof. Dr. FERNANDO CARVALHO SILVA